

Lex

ASSESSORIA JURÍDICA

Cautela de empresas antecipou problema da subida de juros

Travão no crédito às empresas está a criar dificuldades às que querem investir. Muitas anteciparam o problema, com empréstimos a juros fixos ou ao contratarem “hedging”, dizem especialistas.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

A classe política em Portugal tem vindo a criticar a atuação do Banco Central Europeu ao nível da política monetária, cujo efeito prático se está a traduzir na subida das taxas de juro, com efeitos sobretudo junto das famílias que contraíram empréstimos para compra casa, mas também no acesso das empresas ao financiamento. Neste último caso, contudo, embora se assista a um recuo no recurso ao crédito, entre os advogados especialistas na área de bancário e financeiro contactados pelo Negócios há quem defenda que, por parte da maioria das empresas, houve a capacidade de antecipar e salvaguardar o problema.

De acordo com Filipe Lowndes Marques, coordenador do departamento de bancário e financeiro da sociedade Morais Leitão, “as empresas já há algum tempo tinham consciência do provável aumento das taxas, e precaveram-se, contratando empréstimos com taxas fixas ou contratando ‘hedging’ para cobrir este risco”. Tal como adianta, “obviamente que estes aumentos condicionam os novos financiamentos, e implicam um caso financeiro mais sólido, mas na lógica dos preços também subirem, estes casos também contemplam aumentos de receitas em linha com a inflação”.

O mesmo advogado adianta, de resto, que “é raro o profissional abaixo dos 40 anos que se lembra de ter de funcionar num mercado com inflação e com taxas de juro altas, e por isso é compreensível que a atual situação cause bastante apreensão, mesmo consideran-



Kai Pfaffenbach/Reuters

Classe política em Portugal tem vindo a criticar a atuação do Banco Central Europeu ao nível da política monetária.

do que as taxas atuais, considerando os níveis históricos, não são assim tão altas”.

Já Pedro Cassiano Santos, sócio da VdA, lembra, por outro lado, que “quando as taxas de juro sobem, é sempre mais difícil obter e

Existem hoje mais alternativas para financiamento, além da banca tradicional, lembram advogados.

servir crédito, mas também é verdade que um custo contido do dinheiro é um fator de dinamização da economia”. Mais, adianta, “é preciso recordar que existem hoje mais alternativas para financiamento, além da banca tradicional”.

Neste âmbito, insiste Cassiano Santos, anota-se, designadamente, “a entrada em cena de instituições europeias – muitas vezes especializadas por setor económico – às vezes sem presença física em Portugal e de algumas plataformas com formas mais inovadoras de aceder a crédito”. “Há também alguma atividade de ‘private equity’ e o surgimento de investidores mais qualificados e soluções arranjam-se, mesmo que deem trabalho

e sejam exigentes ao nível do planeamento e da gestão.”

Mais dificuldades para pequenas empresas?

O certo é que, avança Rodrigo Formigal, sócio da Abreu Advogados, as pequenas empresas serão aquelas para quem o aumento das taxas de juro acarreta, “em princípio, mais impacto, pois terão menos capacidade para absorver os efeitos negativos de uma economia em contração e uma subida generalizada dos custos por muito tempo”.

O mesmo advogado entende, aliás, que “não são só as pequenas empresas que sentem o impacto do encarecimento do crédito”. Haverá também “empresas médias e

Pressão política é compreensível, mas não surte efeito

grandes que estarão expostas às consequências que advêm do aumento das taxas de juro”. Neste momento, relembra, “o resultado mais óbvio do encarecimento do crédito é um abrandamento generalizado da procura de crédito por parte das empresas portuguesas segundo a informação estatística mais recente disponibilizada pelo Banco de Portugal (BdP)”.

Dados relativos a maio da instituição liderada por Mário Centeno mostram que, quando comparado com o mesmo mês de 2022, o montante de empréstimos decresceu 2,3%, uma “redução que foi expressiva em todas as dimensões de empresas”, segundo o supervisor bancário.

De acordo com o advogado Frederico Sousa da Silva, da Lopes Cardoso & Associados, a informação que tem sido facultada pelas empresas é que “começam a apresentar dificuldades para fazer face aos encargos com o financiamento, verificando-se uma evolução negativa nos rácios de cobertura dos gastos de financiamento, especialmente nas micro e pequenas empresas, em geral, e, em particular, nos setores da construção e atividades imobiliárias, embora, isso ainda não se reflita em incumprimento ou insolvência”.

Como em qualquer período de instabilidade económico-financeira, “os operadores económicos em situação de maior vulnerabilidade serão os primeiros a entrar em incumprimento”, adianta Frederico Sousa da Silva, ressaltando que os os números que lhe chegam “ainda estejam longe daqueles verificámos na crise de 2010”. ■

Os atores políticos têm razão quando criticam a intervenção do Banco Central Europeu e a subida das taxas de juros? Para os advogados inquiridos pelo Negócios, a preocupação compreende-se, mas não a pressão política a partir de Portugal, pois não tem grande efeito.

“Percebe-se obviamente a preocupação com o impacto que a subida de juros está a ter em tantas famílias e empresas, mas nestes temas infelizmente não parece haver uma fórmula mágica que garantidamente resolva o problema do aumento da inflação – nem há consenso sobre o que a está a causar, muito embora não possa ser alheio o chama-

do “quantitative easing” pós-crise financeira e durante o período da Covid do próprio BCE. Por exemplo, se o BCE não fizesse nada e a inflação continuasse a crescer, isso ajudaria no imediato quem estivesse endividado, mas os aforradores estariam a perder uma percentagem grande das suas poupanças e os trabalhadores a perderem poder de compra”, defende Filipe Lowndes Marques, da Morais Leitão.

Já Pedro Cassiano Santos, sócio da VdA, lembra que “o Banco Central Europeu tem que gerir uma moeda única para todo o espaço europeu e as coisas vistas da Alemanha ou vistas de Portugal podem ser muito distintas”. Até

por isso, diz ainda, não é expectável que “a pressão política vinda de Portugal tenha muito sentido, sabendo-se que o motor da economia europeia está mais no centro de um continente em que o crédito não tem fronteiras”.

No mesmo sentido, o advogado Frederico Sousa da Silva, da Lopes Cardoso & Associados, entende que “as críticas que foram dirigidas à política monetária do Banco Central Europeu não foram positivas, na medida em que estas tendem a enfraquecer uma das ferramentas da sua política económica e monetária, que é a sua comunicação. Como se viu pelo passado, a política de comunicação dos Bancos Cen-

trais é importantíssima, pois permite ao mercado antecipar-se e ajustar-se ao que vai acontecer”.

Rodrigo Formigal, sócio da Abreu, frisa que, independentemente de se concordar ou não com algumas das afirmações do Banco Central Europeu, “a espiral inflacionista tem de ser controlada porque causa instabilidade económica; quanto mais cedo se atuar e subir as taxas de juro, maior o impacto das medidas; e a situação tem de “piorar antes de melhorar” – ou seja, para travar a inflação terá de haver um abrandamento no consumo – mas os benefícios de uma inflação controlada suplantam os sacrifícios. ■



É preciso recordar que existem hoje mais alternativas para financiamento, além da banca tradicional.



PEDRO CASSIANO SANTOS
Sócio da VdA responsável pela Área Bancário & Financeiro



O resultado mais óbvio do encarecimento do crédito é um abrandamento generalizado da procura.



RODRIGO FORMIGAL
Sócio da Abreu Advogados na área de financeiro



As empresas já há algum tempo tinham consciência do provável aumento das taxas e precaveram-se.



F. LOWNDES MARQUES
Sócio coordenador de bancário e financeiro da Morais Leitão



As empresas começam a apresentar dificuldades para fazer face aos encargos com o financiamento.



F. SOUSA DA SILVA
Advogado na sociedade Lopes Cardoso & Associados